

Judiciário em foco

ANO 2 - NÚMERO 17

OUTUBRO - 2008

Informativo do Tribunal de Justiça do Estado do Acre
www.tjac.jus.br

76º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil

**Rio Branco sedia os
debates sobre os rumos
da Magistratura e do
Judiciário nacional**

Páginas 6 e 7

CONHEÇA O JUDICIÁRIO

**A história do
Colégio de
Presidentes de TJ's**

Página 9

GERAL

**Comarca de
Sena Madureira é
interligada ao SAJ-5**

Página 5

GERAL

**Concluída a
reforma do prédio
do CECAP e ESMAC**

Página 4

Nesta 17ª edição, o Judiciário em Foco destaca o 76º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, realizado em Rio Branco no período de 16 a 18 de outubro. Um importante evento do calendário jurídico nacional, o Encontro, que reuniu Presidentes e Desembargadores representantes de 22 Tribunais brasileiros e a Comissão Executiva do Colégio, visou o intercâmbio das experiências de êxito e planejamento coletivo de algumas ações pertinentes às Cortes Estaduais de Justiça, além da discussão de questões pontuais referentes ao Poder Judiciário.

Esta foi a segunda vez que o evento, de reconhecido prestígio e dimensão, aconteceu

no Estado do Acre, motivo de honra para a Corte de Justiça do Estado e demonstração de unidade do Colégio.

O Judiciário em Foco deste mês ainda ressalta a conclusão da obra de reforma do prédio que abriga a Escola Superior da Magistratura do Acre (ESMAC) e o Centro de Capacitação dos Servidores do Poder (CECAP), além do avanço do processo de informatização do Judiciário, que no mês de outubro concluiu a interligação da Comarca de Sena Madureira ao Sistema de Automação da Justiça (SAJ-5). As comemorações alusivas ao Dia do Servidor Público, com vasta programação, também repercutiu entre as principais atividades do mês no Judiciário acreano.



Judiciário em foco

EXPEDIENTE

As colaborações e sugestões podem ser enviadas à Assessoria de Comunicação Social do TJAC através do e-mail ascom@tjac.jus.br. Mais informações pelos telefones (68) 3211-5356 e 3211-5357

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO ACRE
Biênio 2007-2009

Presidente
Des.ª Izaura Maia

Vice-Presidente
Des. Pedro Ranzi

Corregedora Geral da Justiça
Des.ª Eva Evangelista

O Judiciário em Foco é uma publicação da Assessoria de Comunicação Social do TJAC

Assessora-Chefe de Comunicação Social
Letícia Mamed

Redação e Edição
Angelo Douglas
Antônio Kléber
Letícia Mamed
Nattércia Damasceno

Projeto Gráfico e Diagramação
Angelo Douglas
Fernando Sobrinho
Letícia Mamed
Nattércia Damasceno

Fotos
Acervo da Assessoria de Comunicação Social do TJAC

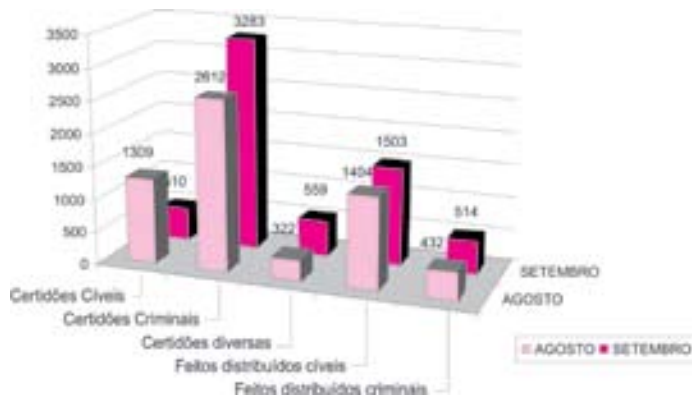
Jornalista responsável:
Antônio Kléber (MTB 12/92)

Impressão: Parque Gráfico do TJAC
Tiragem: 2.000 exemplares
Distribuição: Gratuita
Circulação: Nacional

Rua Floriano Peixoto, 456.
69.908-030. Rio Branco-AC.
Tel. (68) 3211-5356 / 3211-5357.
Internet: www.tjac.jus.br
E-mail: ascom@tjac.jus.br

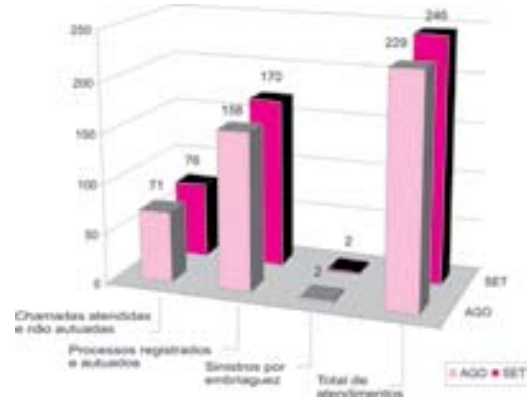


Relatório Estatístico Processual - 1ª Instância Rio Branco - Comparativo Agosto e Setembro/2008



Fonte: Cartório do Distribuidor da Comarca de Rio Branco
* Dados referentes ao Distribuidor de Processos da Justiça Comum em Rio Branco

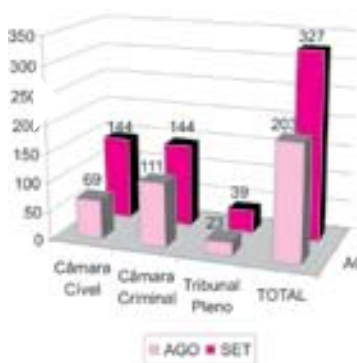
Relatório Estatístico Processual - Juizado de Trânsito Rio Branco - Comparativo Agosto e Setembro/2008



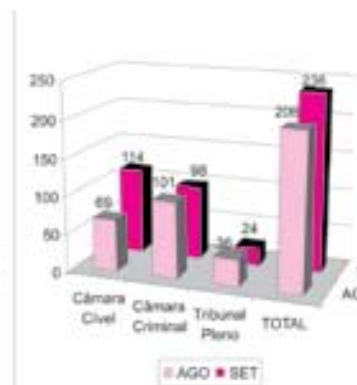
Fonte: Secretaria do Juizado de Trânsito da Comarca de Rio Branco

Relatório Estatístico Processual 2ª Instância - Comparativo Julho e Agosto/2008

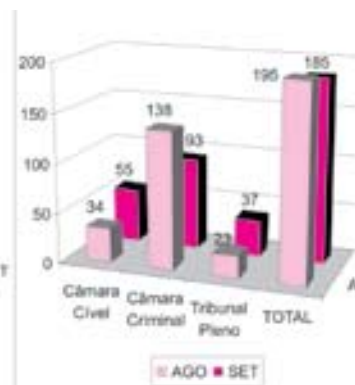
Feitos Recebidos



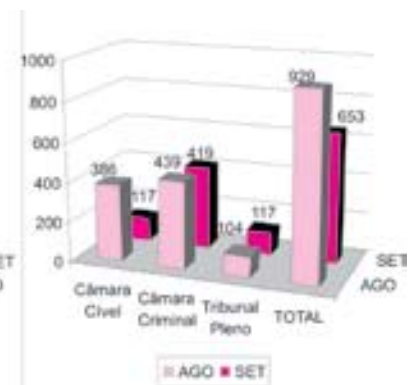
Feitos Julgados



Acórdãos Publicados



Feitos em Trâmite



Fonte: Diretoria Judiciária, Câmara Cível e Câmara Criminal

Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil

No ano de 1996, durante a gestão do Desembargador Jersey Pacheco, Rio Branco sediou pela primeira vez o evento no período de 13 a 15 de junho.



6ª Edição do **Mais Arte** apresenta a exposição de **Iraci Dourado**



A Direção do Tribunal de Justiça recebeu no dia 1º de outubro a artista plástica Iraci Dourado para o lançamento da 6ª edição do Projeto Mais Arte. Juntos, magistrados, servidores e a artista percorreram os corredores do prédio do Tribunal para conhecer a exposição intitulada "Explosão de Arte".

A proposta do projeto é divulgar o trabalho dos artistas locais e aproximá-los do público, além de proporcionar um ambiente de trabalho agradável aos funcionários e visitantes do TJAC. Pela primeira vez o Mais Arte expõe o trabalho de uma artista mulher. Iraci Dourado trabalha com artesanato desde jovem e usa pintura acrílica sobre tela e textura composta por diversos materiais para compor suas peças.



A artista foi recebida no TJAC para lançamento da exposição "Explosão de Arte"



• A artista

Iraci Dourado de Souza é acreana da cidade de Feijó, onde, desde jovem, começou a trabalhar com artesanato. Mudou-se para a capital do Estado, Rio Branco, no ano de 1962 e prosseguiu suas atividades na área artística. Formada em Geografia e Estudos Sociais pela Universidade Federal do Acre, residiu durante 22 anos na cidade de Fortaleza (CE), época em que teve oportunidade de estudar artes plásticas com os professores Mauro Matias, J.Silva, Tânia Valéria e a colombiana Luz Ângela. Após este período, voltou a residir em Rio Branco e atualmente se dedica inteiramente ao trabalho com as artes. Além de oferecer cursos em seu ateliê, presta serviços voluntários na Fazenda Esperança – projeto social desenvolvido pela Igreja Católica voltado à recuperação de dependentes químicos.

• Visitas

A exposição vai até o dia 01 de dezembro deste ano e está aberta ao público no horário das 8h00 às 18h00. A sede do TJAC está localizada na Rua Floriano Peixoto, nº 460, no Centro de Rio Branco. Os agendamentos para visitas coletivas, como grupos de alunos ou turistas, devem ser feitos pelo telefone (68) 3211-5357.

Motoristas infratores cumprirão penas trabalhando no trânsito

Os motoristas infratores da Capital que forem condenados pela Justiça terão, a partir de agora, que cumprir suas penas de forma inédita: por força da parceria firmada entre o Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), através da Central de Execução de Penas Alternativas (CEPAL), e o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN-AC), eles serão obrigados a prestar serviços no trânsito da cidade, de acordo com o tipo de delito cometido.

A informação é da Juíza de Direito Maha Manasfi, responsável pela CEPAL. Segundo ela, a parceria tem cunho pedagógico e visa direcionar a prestação do serviço pelo motorista infrator à área do delito que este tenha cometido, garantindo com isso a sua reeducação.

De acordo com a magistrada, a simples conversão da pena desses motoristas em prestação de serviços em outras áreas, a título de punição, não surte o efeito educativo a que se destina. Por outro lado, se os infratores cumprirem suas penas auxiliando no próprio trânsito, eles terão mais chances de se reeducar. "Não adianta encaminhar essas pessoas para pagar penas em outras áreas, pois elas não aprenderão nada", afirma Maha Kouzi, ao indicar que atualmente, na Comarca de Rio

Branco, 26 infratores estão em fase de cumprimento desse tipo de pena alternativa.

O Diretor de Operações do DETRAN-AC, Renato Firmino, considera que a iniciativa é construtiva, vez que essas pessoas poderão ser úteis na execução de vários serviços prestados pelo órgão, seja no Juizado de Trânsito, auxiliando no atendimento das ocorrências, seja no Setor de Engenharia, ajudando na sinalização viária com a pintura de faixas e afixação de placas, bem como no serviço de Educação de Trânsito, ministrando palestras e cursos em escolas.

Renato Firmino também destaca o cunho socioeducativo da medida, que na sua opinião propicia ao motorista infrator reconhecer seu erro e passar a se comportar no trânsito de maneira correta. "Ao cumprir sua pena trabalhando no trânsito, a pessoa estará quitando sua dívida para com a sociedade, ao mesmo tempo em que estará aprendendo, tomando consciência de que errou", explica o Diretor.

Ainda de acordo com a Juíza, em breve a CEPAL estará firmando novas parcerias com outros órgãos e entidades, em áreas que envolvem a dependência química e a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Concluída a obra de reforma do prédio do CECAP e ESMAC

No dia 08 de outubro, o prédio que abriga o Centro de Capacitação dos Servidores do Poder Judiciário (CECAP) e a Escola Superior da Magistratura do Acre (ESMAC) recebeu a visita da Presidente do TJAC, Desembargadora Izaura Maia, acompanhada do Vice-Presidente, Desembargador Pedro Ranzi, Juiz Laudivon Nogueira, assessores e diretores do Tribunal.

Izaura Maia reuniu-se com os servidores do Centro e da Escola para comemorar a finalização da obra de reforma da unidade, que compreendeu a restauração física das suas instalações, que agora contam com climatização e rede lógica de internet, além de nova pintura e novos equipamentos de informática.

A reforma da unidade é mais uma realização da atual administração do TJAC, que definiu como uma de suas principais metas "promover a melhoria das condições de trabalho dos magistrados e servidores do Judiciário", disse Izaura Maia. "Melhorando o ambiente de trabalho e tornando os nossos espaços mais agradáveis, a produção do servidor é ampliada e o jurisdicionado obtém serviços qualificados", concluiu.



O prédio está localizado na Rua Marechal Deodoro, nº 471, no Centro de Rio Branco



Juíza Olívia Ribeiro assume a titularidade da Vara da Violência Doméstica

Em solenidade realizada no Plenário do Palácio da Justiça no dia 10 de outubro, a Presidente do TJAC, Desembargadora Izaura Maia, deu posse à Juíza de Direito Olívia Ribeiro como Titular da 5ª Vara Criminal – Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Rio Branco.

A magistrada já vinha respondendo pela referida unidade judiciária desde o dia 11 de setembro de 2008, conforme designação da Direção do TJAC, e a agora assumiu a primeira titularidade da Vara, que foi instalada em 29 de fevereiro deste ano.

Ao iniciar a cerimônia de posse, Izaura Maia elogiou o trabalho desenvolvido por Olívia Ribeiro no Judiciário acreano e desejou-lhe sucesso em sua nova missão de promover Justiça. “O Tribunal tem plena confiança no seu trabalho”, afirmou a Presidente, para em seguida assinar o termo de posse de Olívia Ribeiro.

O juiz Laudivon Nogueira, Presidente da Associação dos Magistrados Acreanos (ASMAG), em nome da magistratura, saudou a empossada. Em discurso breve, Nogueira fez um relato da vida profissional de Olívia Ribeiro, que foi sua professora no curso de Direito da Universidade Federal do Acre. O magistrado enfatizou que a empossada é uma referência no Judiciário e que tem pautado sua vida pela honestidade, sabedoria e espírito de justiça. “A ASMAG está orgulhosa de Vossa Excelência”, disse.

O Procurador-Geral de Justiça Edmar Monteiro, em nome do Ministério Público Estadual, congratulou a magistrada enaltecendo suas qualidades profissionais: “Por ter seguido sempre os mais altos padrões éticos de conduta dentro e fora do Poder Judiciário, e no papel de juíza, por ter procurado servir à comunidade na forma vital de ministrar a Justiça de acordo com a lei, meus sinceros parabéns e votos de um trabalho longo e profícuo”.

O Procurador ainda teceu homenagens à atual administração do Poder Judiciário: “Também parabeno Izaura Maia por sua



Integrantes da magistratura e autoridades civis e militares do Estado prestigiaram a solenidade de posse

gestão à frente do Judiciário, que tem por princípio e finalidade o engrandecimento da instituição, da integridade judicial e da autoridade moral dos magistrados”, declarou.

Em seu discurso, Olívia Ribeiro fez um cumprimento especial às mulheres, na pessoa da juíza Maria Penha Nascimento. Ao relembrar os principais momentos do seu trabalho com processo civil, a magistrada agradeceu a confiança depositada em sua pessoa e reafirmou sua disposição em continuar sua missão de promover Justiça.

Ao final, agradeceu a Deus, à sua família e aos servidores da 4ª Vara Cível, aos quais prestou uma breve homenagem. Olívia prometeu se empenhar ao máximo para realizar um bom serviço na Vara de Violência Doméstica e se disse consciente dos desafios que terá pela frente. “Farei o meu melhor possível”, asseverou.

A cerimônia foi prestigiada pelos desembargadores Pedro Ranzi, Vice-Presidente do Tribunal, Adair Longuini e Ciro Facundo; o Chefe do Gabinete Civil do Governo do Acre, Edson Manchini, representando o Governador Binho Marques; o Vice-Prefeito Eduardo Farias; o Procurador Geral de Justiça, Edmar Monteiro; o Advogado Maurício Honnenberg, representando a OAB/AC; magistrados, assessores e servidores do Poder Judiciário, familiares e amigos da empossada, entre outros convidados.

Comarca de Sena Madureira é interligada ao SAJ-5

Finalizada mais uma etapa do processo de informatização do Judiciário acreano

A Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargadora Izaura Maia, anunciou no dia 30 de outubro a implantação do SAJ-5 na Comarca de Sena Madureira, que agora está definitivamente integrada ao Sistema de Automação do Judiciário (SAJ).

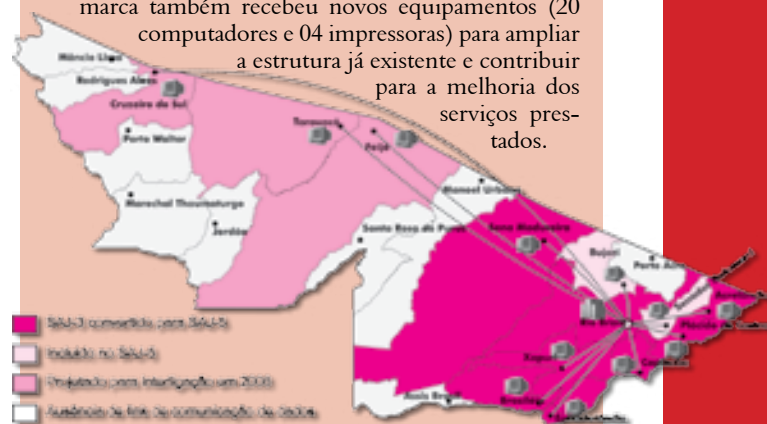
Durante o anúncio oficial da interligação, a Presidente esteve acompanhada do Vice-Presidente do Tribunal, Desembargador Pedro Ranzi, e dos juízes Thaís Oliveira e Pedro Longo, respectivamente, das varas Criminal e Civil da Comarca.

Izaura Maia ressaltou a importância da informatização de mais uma Comarca do Estado: “É muito bom sabermos que agora Sena Madureira está integrada virtualmente ao restante do Judiciário. Além da maior facilidade que os advogados e as partes terão para consultar os seus processos, todos serão beneficiados com a integração, especialmente a comunidade, que receberá os serviços da Justiça com mais celeridade e eficácia”.

A Presidente também fez questão de agradecer o empenho dos magistrados e servidores da Comarca, que conseguiram digitalizar os quase cinco mil processos em trâmite, assim como a equipe da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), que vem cumprindo as metas planejadas pela Direção do Tribunal.

Ao agradecer o investimento do TJAC em Sena Madureira, a juíza Thaís Oliveira enalteceu a importância das melhorias implementadas na Comarca, que com a interligação ao sistema SAJ-5 terá condições de dar uma resposta mais rápida aos reclamos do cidadão. “Queremos agradecer a atenção que a Direção do Tribunal tem dispensado à nossa Comarca, que nos últimos tempos tem recebido muitas e boas notícias. Ao longo deste ano, já recebemos a internet, recebemos o novo Fórum e, agora, recebemos o SAJ-5. Isso nos gratifica e estimula a cumprir com as nossas obrigações de modo cada vez melhor”, frisou a magistrada.

Paralelamente ao processo de informatização, a Comarca também recebeu novos equipamentos (20 computadores e 04 impressoras) para ampliar a estrutura já existente e contribuir para a melhoria dos serviços prestados.



► Próxima etapa

Com a interligação da Comarca de Sena Madureira ao SAJ-5, o projeto de informatização executado pela atual administração do Tribunal avançou mais uma etapa, cumprindo o objetivo de unificar e proporcionar maior interação entre as comarcas do Estado.

Após a conversão do SAJ-3 para SAJ-5 nas comarcas Plácido de Castro, Acrelândia, Capixaba, Xapuri, Brasília, Epitaciolândia e Rio Branco, e depois de concluída a interligação das comarcas de Senador Guiomard, Bujari e Sena Madureira ao SAJ-5, a equipe técnica da DTI provavelmente iniciará no próximo mês os trabalhos para informatização das unidades de Cruzeiro do Sul, Tarauacá e Feijó.

Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil



Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil
16 a 18 de OUTUBRO de 2008 - RIO BRANCO - ACRE

Após 12 anos, o Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil volta a acontecer no Acre. Presidentes e representantes de 22 Estados brasileiros e a Comissão Executiva do Colégio estiveram reunidos em Rio Branco entre os dias 16 e 18 para discutir temas de interesse da Magistratura e do Judiciário nacional.

Esta é uma solenidade muito significativa, particularmente para mim. [...] Parte da minha vida esteve ligada ao Acre, motivo pelo qual gostaria de compartilhar isso com os senhores. Um colega de ginásio, da minha cidade, Rio de Janeiro, meu colega de turma, com a instalação do Estado do Acre, veio para a região como um dos seus primeiros juízes. Já aqui, foi enviado para a cidade de Cruzeiro do Sul, onde se estabeleceu e se casou. Mais tarde, veio a ser Presidente do Tribunal de Justiça do Acre. É com muitas saudades que me lembro do Desembargador Jader Barros Eiras e faço uma referência especial a este colega.

Antes, no colégio ginásial, tive o prazer de ter como colega de internato um acreano [...] que muitos e muitos anos aqui viveu e daqui foi exportado, assim como o Acre já exportou poetas, jornalistas, teatrólogos [...]. Falo do Ministro Ilmar Galvão, do Supremo Tribunal Federal, porque Ilmar se sente e se diz acreano [...]. É um ministro de alta visão e sensibilidade.

Quero lhes dizer também que tenho uma particularidade com esta terra [...]. Fui diretor do curso de pós-graduação da Faculdade Católica de Petrópolis, cidade em que fora assinado o Tratado de Petrópolis, dando autonomia e independência ao Estado do Acre. Em virtude disso, tive oportunidade de visitar o Acre para

exaltar esta conquista quando realizamos um curso de pós-graduação em processo civil, justamente para comemorar a vitória brasileira, de modo que tenho lembranças e raízes profundas com este Estado [...].

Se hoje em dia estamos em situações problemáticas no plano internacional [...], trago comigo um entendimento sobre o amadurecimento institucional pelo qual o nosso país está passando. O Brasil ampliou a sua presença no mundo, mas a presença no mundo também se ampliou entre nós e há, a meu ver, dois direcionamentos que a sociedade brasileira está a confiar e a requerer. O primeiro é a democracia, uma aspiração evidentemente nacional. O segundo é a inserção internacional do país no cenário mundial e o Acre é exatamente este exemplo de inserção internacional do Brasil na América Latina. As ligações que temos com o vizinho país da Bolívia faz parte deste trabalho de inserção do nosso país no cenário internacional, através de um trabalho de coirmão, lutando pela amplitude e grandeza da América Latina, que, ninguém duvida, é o palco de riquezas incensuráveis [...].

É justamente pelo país, através de seus Estados conferidos, que nós iremos estabelecer uma comunidade sul-americana, capaz de enfrentar os problemas sociais e econômicos. E é justa-

mente nesse ponto que a condição estratégica do Acre se afirmará como um dos Estados mais importantes da confederação brasileira.

Então, meus queridos colegas, amigos e porque não conterrâneos acreanos, porque eu assim me sinto, quero lhes dizer que a realização do 76º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil aqui no Acre, tem, além dos interesses e das práticas que iremos tratar internamente, um significado interno muito importante, porque o Colégio quer demonstrar ao Brasil o seu interesse em tratar de igual todos os Estados da Federação.

Nossa intenção é fazer com que todos nós nos sintamos de uma mesma forma brasileiros, seja do Acre ou do Rio Grande do Sul, de Roraima ou de São Paulo, por exemplo. Essa manifestação do Colégio de Presidentes é a expressão externa mais autêntica daquilo que pregamos. Por meio da sua atividade, o Colégio de Presidentes procura unir os Tribunais de Justiça, trocar experiências entre nós, verificar as gestões administrativas e políticas que deram certo em um Estado e que podem se comunicar para o outro. Esse intercâmbio há de ser feito respeitando a autonomia de cada unidade federativa, pois nós precisamos manter essa autonomia que é inerente a um Estado de Federação e que não pode ser postergada. Às vezes existem invasões que querem tirar a competência e a autonomia dos estados federais, no tocante ao Poder Executivo, às Assembléias e ao Poder Judiciário, mas isso nós temos que combater com firmeza e com convicção, porque constituímos uma federação, mas são seus estados independentes e integrados entre si.

É exatamente por pensar assim que estou lhes falando, porque tenho a absoluta certeza de que é esta a idéia, a filosofia e a ideologia dos Presidentes de Tribunais de Justiça, que aqui estão de braços abertos, nessa noite de calor intenso, transformando o calor que têm no peito em um afago muito expressivo. Parabéns ao Acre e muito obrigado por nos receber.

Síntese do discurso do Desembargador Marcus Faver, Presidente da Comissão Executiva do Colégio, na solenidade de abertura do 76º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, realizada no dia 16 de outubro de 2008.

Carta de Rio Branco

O Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil reunido na cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre, nos dias 16, 17 e 18 de outubro de 2008, pela unanimidade de seus integrantes resolveu:

- 1) Repudiar a manifesta quebra da autonomia dos Tribunais, ainda que praticada sob um equivocado controle de suas decisões administrativas;
- 2) Ressaltar a importância da implantação dos programas de penas e medidas alternativas essenciais às políticas penitenciárias, como preservação da cidadania;
- 3) Exortar o Congresso Nacional a apreciar, com a brevidade possível, os projetos de emendas constitucionais e leis de interesse do Poder Judiciário, contraindo, assim, para melhor distribuição de justiça.

Rio Branco-AC, 18 de outubro de 2008.



Colégio de Presidentes é recebido pela Corte de Justiça de Pando

Comitiva brasileira participa de solenidade no Palácio da Justiça de Pando, na cidade boliviana de Cobija

► No dia 18 de outubro, último dia de trabalho, os participantes do 76º Encontro do Colégio de Presidentes de TJ's visitaram o Palácio da Justiça do Departamento de Pando, no centro da cidade de Cobija (Bolívia).

Recepcionada pelo Presidente da Corte de Justiça de Pando, Antonio Fagalde Revilla, e pelos vogais Rene Rojas Bonilla, Presidente da Sala Civil, Juan Urbano Pereira Olmus, Vogal da Sala Civil, e Fernando Leyton de La Quintana, Vogal da Sala Penal e Presidente da Associação dos Magistrados de Pando, a comitiva brasileira teve a oportunidade de debater e trocar experiências com os magistrados do país vizinho.

"Em nome da Corte de Justiça de Pando, agradeço a visita da comitiva brasileira a esta Casa que representa a Justiça boliviana", disse Juan Olmus, ao abrir o ato solene no Palácio da Justiça de Pando. O magistrado fez uma breve exposição sobre o contexto do Judiciário boliviano e destacou os principais pontos da proposta do Poder Judiciário para a nova Carta Constitucional da Bolívia, que se encontra em discussão no país.

"Estamos vivendo um momento especial de nossa vida política e social, em que estamos discutindo a nossa nova Constituição. Todos os bolivianos estão interessados na definição desta Carta, esperançosos de que os interesses da sociedade boliviana serão contemplados, especialmente para confirmação dos direitos e da democracia em nosso país", afirmou Juan Olmus.

O Presidente do Colégio de Presidentes, Desembargador Marcus Faver, falou em nome da comitiva e agradeceu a receptividade da Corte boliviana: "Nos sentimos honrados pela cordialidade e cavalheirismo com que fomos recebidos neste país. Muito obrigado pela realização desta singela, mas importante solenidade".

Faver finalizou seu agradecimento ressaltando a importância da integração entre os países vizinhos. "Estamos convencidos de que nós, irmãos sul-americanos, devemos nos unir para formar um bloco onde as pequenas contradições e conflitos sejam superados por nossos laços de parceria e fraternidade. Só seremos efetivamente grandes se estivermos unidos e coesos", concluiu.

Também participaram da visita oficial o Juiz de Direito Leandro Leri Gross, Titular da Comarca de Brasília, município acreano que faz fronteira com a cidade boliviana; o cônsul boliviano no Acre, Jose Luis Mendez Chaurara; o cônsul brasileiro em Pando, Julio Miguel da Silva; e a Delegada Presidencial em Pando, Nancy Teixeira.



Rio Branco sedia o 76º Encontro de Presidentes de Tribunais de Justiça

No período de 16 a 18 de outubro, Rio Branco sediou o 76º do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil. A solenidade de abertura reuniu presidentes e desembargadores representantes de 22 Tribunais do Brasil, a Comissão Executiva do Colégio, além de inúmeras autoridades civis e militares do Estado do Acre, que prestigiaram o evento.

O evento, conduzido pela Presidente do Tribunal de Justiça do Acre, Desembargadora Izaura Maia, aconteceu na noite do dia 16, na Faculdade da Amazônia Ocidental (FAAO). Participaram da mesa de honra o Presidente da Comissão Executiva do Colégio de Presidentes, Desembargador Marcus Faver; o Governador em exercício, César Messias; o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Edvaldo Magalhães; o Procurador de Justiça Ubirajara Albuquerque, representando o Ministério Público Estadual; o Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Antônio Malheiro; o Advogado Luiz Saraiva, representando a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Acre; e o Prefeito de Rio Branco, Raimundo Angelim.

Ao cumprimentar os participantes do Encontro, Izaura Maia disse que os Membros do TJAC estavam muito felizes em recebê-los. "Com muita honra recebemos os senhores em nossa terra. É um orgulho para a nossa Corte de Justiça e para o Estado do Acre. Sejam todos bem-vindos", afirmou.

O Presidente da Comissão Executiva do Colégio, Desembargador Marcus Faver, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, fez a saudação aos presentes e discursou sobre a importância do evento no Acre. Após o ato solene, os convidados e participantes do Encontro assistiram à ópera "Aquíry - A Luta de um Povo", que retrata a luta do coronel José Plácido de Castro no processo revolucionário contra a Bolívia, que tornou o Acre um Estado brasileiro.



REUNIÕES DE TRABALHO

Na manhã do dia 17, primeiro dia de trabalho do Encontro, os participantes do evento discutiram importantes temas. O desembargador Jones Figueirêdo Alves, Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, iniciou os debates com a abordagem do tema "Regulação da dignidade - ações e normatividade". Posteriormente, o desembargador Nívio Geraldo Gonçalves, Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, conduziu a discussão sobre aquisição de veículos no âmbito do Judiciário.

À tarde, foram debatidas as propostas a serem encaminhadas ao Supremo Tribunal Federal referentes à Lei Orgânica da Magistratura Nacional

e Promoção e Remoção de Magistrados - 5os sucessivos. O desembargador Antônio Lopes de Noronha, 1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, fez a apresentação do tema e mediu o debate.

Outro tema importante tratado durante o Encontro foi a política de fomento às penas e medidas alternativas no Brasil. A Coordenadora Geral do Programa de Fomento às Medidas e Penas Alternativas do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e Coordenadora do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), do Ministério da Justiça, Márcia de Alencar Araújo Matos, palestrou sobre o tema.



Nos dias 17 e 18 de outubro, as reuniões de trabalho do Colégio ocorreram no Palácio da Justiça

A Corregedora Geral da Justiça TJAC, Desembargadora Eva Evangelista, fez uma apresentação do Programa Justiça Comunitária Itinerante, coordenado por ela. A iniciativa é uma das grandes experiências de sucesso do TJAC e tem como princípio orientador a resolução dos conflitos por meio da mediação e conciliação.

Durante as reuniões, o Desembargador Marcus Faver explicou que "as reuniões entre os presidentes buscam definir coletivamente as ações e orientações necessárias para uma prestação jurisdicional mais célere, técnica e justa no país". O Desembargador ainda declarou que o colegiado está empenhado no desenvolvimento e difusão de dois grandes programas: a instituição do processo virtual em todos os Tribunais brasileiros, bem como a prática da mediação de conflitos.

O Colégio de Presidentes concluiu as discussões com a elaboração conjunta da "Carta de Rio Branco", que foi finalizada no sábado, 18. O documento sintetiza os assuntos tratados e orienta as próximas ações do Colégio. Ao final das reuniões de trabalho, ficou definido que a próxima reunião do Colégio acontecerá na cidade de Belém (PA), de 27 a 29 de novembro deste ano.



Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil

Foi durante uma reunião realizada no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em outubro de 1992, com a presença de diversos Presidentes de Tribunais e do Ministro Néri da Silveira, então Presidente do Supremo Tribunal Federal, que o Desembargador Odyr Porto, à época Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, propôs a criação do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil.

O Colégio tem o objetivo de defender os princípios, prerrogativas e funções institucionais do Poder Judiciário, especialmente do Poder Judiciário Estadual, estabelecer a integração dos Tribunais de Justiça em todo o território nacional e o intercâmbio de experiências funcionais e administrativas. Suas reuniões promovem o estudo e aprofundamento dos temas jurídicos e das questões judiciais que possam ter reper-

cussão em mais de um Estado da Federação, buscando a uniformização de entendimentos, respeitadas a autonomia e peculiaridades locais.

Uma das atividades mais importantes do Colégio é a realização de encontros que discutem temas atuais da Magistratura e do Judiciário nacional, na intenção de estimular o intercâmbio entre os Tribunais. Os encontros são realizados conforme a demanda de pautas internas e reúne Presidentes de todos os Tribunais de Justiça dos Estados. Ao final das reuniões de trabalho é elaborada uma carta conjunta que sintetiza os assuntos tratados e denuncia à Nação possíveis abusos e equívocos na área institucional.

Os Presidentes do Colégio são escolhidos por votação e permanecem no cargo pelo período de dois anos. Assim também é escolhida a Comissão Executiva do Colégio, composta por

seis membros. Em abril deste ano, o Desembargador **Marcus Faver** assumiu a Presidência do Colégio com a aprovação dos



27 Presidentes que compõem o Colegiado. O atual Presidente já exerceu cargos de destaque na magistratura nacional, como a Presidência do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) e do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), além de ter sido membro do

Conselho Nacional de Justiça. O Colégio foi presidido durante 15 anos por um de seus membros fundadores, o Desembargador **José Fernandes Filho**, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Presente a todas as reuniões e encontros até hoje realizados, o Desembargador atualmente faz parte da Comissão Executiva do Colégio e permanece trabalhando ativamente pela unidade e fortalecimento da instituição.



Correição Geral Ordinária 2008

Orientação e acompanhamento são os principais objetivos dos trabalhos correicionais

O Calendário de Correição Geral Ordinária do exercício de 2008 teve prosseguimento durante o mês de outubro, quando a equipe da Corregedoria Geral da Justiça, sob coordenação da Desembargadora Eva Evangelista, desenvolveu as atividades correicionais nas comarcas de Rio Branco, Xapuri, Assis Brasil, Epitaciolândia e Brasília.

.....

► 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE RIO BRANCO

No período de 13 a 14 de outubro, a equipe da Corregedoria Geral da Justiça (COGER) realizou correição na 3ª Vara Criminal da Comarca de Rio Branco, cujo Titular é o Juiz Raimundo Nonato Maia, e possui, segundo dados de setembro deste ano, 1.188 processos em trâmite.

Ao iniciar os trabalhos, a Desembargadora Eva Evangelista, Corregedora Geral da Justiça, reuniu-se com o Juiz Raimundo Nonato e os demais servidores da unidade, aos quais manifestou sua satisfação em poder conferir de perto o trabalho que vem sendo desenvolvido e, ao mesmo tempo, orientar a equipe acerca das boas práticas adotadas pelo Tribunal para a prestação jurisdicional.

“É uma alegria muito grande estar aqui e poder contribuir para a melhoria dos serviços prestados aos nossos jurisdicionados”, afirmou a Desembargadora, res-

saltando o caráter pedagógico da Correição Geral Ordinária realizada pela COGER.



“Acredito que este é o trabalho fundamental a ser realizado pela Corregedoria, porque é a forma de sentir mais de perto como estão sendo desenvolvidas as atividades nas unidades jurisdicionais. É claro que a Corregedoria não tem só a função de punir, mas também de orientar. E é mais neste sentido, da orientação, da verificação de como esses trabalhos estão sendo executados, que a prática da correição é importante”, enfatizou Raimundo Nonato.

Na reunião que manteve com os servidores, Eva Evangelista informou que doravante a COGER não incluirá mais os inquéritos no cômputo do número de processos em trâmite nas unidades judiciárias. Até então, os inquéritos em andamento eram somados aos demais processos, o que elevava a carga nas Varas e Juizados Especiais Criminais.

► 1ª VARA DE FAMÍLIA DE RIO BRANCO

Considerada uma das unidades judiciárias mais movimentadas da Comarca da Capital, com 2.598 processos em trâmite, segundo dados relativos ao mês de agosto de 2008, a 1ª Vara de Família registra atualmente 22%

de taxa de congestionamento. Esse percentual foi verificado pela equipe da COGER durante o trabalho de correição realizado no dia 17/10.

Para a Corregedora Eva Evangelista, o índice reflete o nível de excelência do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo juiz Pedro Longo, titular da unidade, juntamente com sua equipe de servidores, que em um ano conseguiram reduzir a taxa de congestionamento de 60%, registrada pela Correição em 2007, para os atuais 22%.



“Isso é motivo de satisfação para a COGER, pois significa que os feitos estão sendo julgados com celeridade”, disse na oportunidade Eva Evangelista. A Corregedora lembrou que as varas de família constituem a porta de entrada da Justiça, onde é exigido um tratamento mais humano às pessoas que buscam o Judiciário.

A Corregedora ainda fez questão de ressaltar que por ser a primeira Vara e, portanto, a mais antiga, a unidade recebe, por dependência, uma carga maior de processos. “Mesmo com todos esses fatores, o juiz Pedro Longo e sua equipe atingiram a meta projetada”, afirmou a Corregedora.

De acordo com o magistrado, a Correição Geral é necessária, pois serve como auditoria da situação em que se encontra a unidade,

indica caminhos e orienta sobre a melhor forma de solução de eventuais problemas.

O magistrado se disse satisfeito pelo fato da Vara ter apresentado a menor taxa de congestionamento entre as varas de família da Capital. Ele creditou o feito ao apoio que tem recebido do Tribunal e do Ministério Público, que na sua avaliação contribuíram muito para este resultado. “Fico muito feliz ao saber que estamos cumprindo a contento nossa missão de distribuir Justiça”, concluiu Pedro Longo.

► 4ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL

A equipe da Corregedoria realizou nos dias 15 e 16 deste mês os trabalhos correicionais na 4ª Vara Criminal da Comarca de Rio Branco, cujo titular é o Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira. De acordo com a COGER, até o final do mês de agosto, a unidade judiciária possuía 2.101 processos em trâmite e apresentava uma taxa de congestionamento em torno de 40%.



Ao iniciar a Correição, a Corregedora Eva Evangelista lembrou o caráter pedagógico do trabalho desenvolvido pela Corregedoria e elogiou o empenho de Cloves Ferreira e sua equipe ao buscar celeridade no

juízo dos processos que dão entrada na unidade. “É com grande satisfação que constatamos a evolução dos trabalhos na 4ª Vara Criminal”, afirmou.

Eva Evangelista também enalteceu o sistema de gravação audiovisual de audiências adotado pelo magistrado, o que tem rendido ótimos resultados no julgamento dos feitos. “É salutar a iniciativa do Juiz e sua equipe. Inclusive, irei apresentá-la ao Conselho Nacional de Justiça, para que possa servir de referência a outros Tribunais”, enfatizou.

Para o magistrado, um dos objetivos do novo sistema é promover justiça com maior agilidade e eficácia. Ele agradeceu a dedicação e o empenho de seus servidores, fatores que, segundo ele, têm contribuído para a baixa taxa de congestionamento apresentada pela unidade.

“Temos uma equipe muito coesa. Respeitadas as independências funcionais, nós aqui trabalhamos com um propósito, juntamente com o Ministério Público e a Defensoria Pública, que é o de distribuir Justiça com celeridade”, destacou o Juiz.

Presentes no início dos trabalhos de Correição, a Promotora de Justiça Alessandra Marques e o Defensor Público Fernando Moraes foram unânimes ao testemunhar o trabalho desenvolvido pelo Juiz Cloves Ferreira e sua equipe.

“Esta é uma Vara onde a gente sente muito prazer em trabalhar”, disse Alessandra Marques, ao comentar o eficiente trabalho realizado na unidade judiciária. Fernando Moraes ratificou as palavras da Promotora de Justiça e acrescentou que o ambiente de trabalho reflete os bons números verificados pela equipe da COGER.

Ao finalizar, a Corregedora Eva Evangelista disse estar contente com a taxa de congestionamento verificada no âmbito da Justiça Comum, que atualmente está abaixo de 50%, o que

significa dizer que o Tribunal de Justiça do Acre vem atingindo a meta planejada. “Fico muito feliz em poder anunciar isso para os senhores”, disse a Desembargadora.

O sistema de gravação audiovisual adotado pelo Juiz Cloves Ferreira é uma novidade no Judiciário brasileiro. Ele foi utilizado pela primeira vez na Justiça Federal do Rio Grande do Norte e, agora, pela 4ª Vara Criminal da Comarca de Rio Branco.

O novo sistema está funcionando na unidade desde o mês de setembro deste ano, e vem proporcionando maior celeridade no julgamento dos processos. Com o novo método, não há mais a necessidade de se documentar a audiência, sendo possível ao magistrado proferir a sentença de modo mais rápido, muitas vezes em uma única audiência.

Para que a novidade se tornasse possível, o Tribunal de Justiça investiu na aquisição de modernos equipamentos, como computadores, câmeras filmadoras e gravadores digitais, dentre outros, que foram repassados à equipe de servidores da unidade e hoje são utilizados como recursos auxiliares na atividade de prestação jurisdicional.

► COMARCA DE XAPURI

Coordenada pela Desembargadora Eva Evangelista, a equipe da COGER instalou no dia 20/10 os trabalhos de Correição Geral nas Varas Cível e Criminal da Comarca de Xapuri, no Vale do Acre.

A Vara Cível, cuja titular é a Juíza de Direito Zenair Bueno, apresenta significativa redução da taxa de congestionamento, levando-se em consideração os números registrados pela COGER durante os trabalhos correicionais realizados em 2007. A unidade judiciária possui 733

processos novos, 633 processos sentenciados, 456 processos em estoque e uma taxa de congestionamento de 47%, de acordo com dados do último mês de setembro.



Já a Vara Criminal, que tem como Titular o Juiz de Direito Anastácio Menezes, possui 159 processos novos, 149 processos sentenciados, 45 processos em estoque e apresenta uma taxa de congestionamento de 27%, conforme dados relativos ao mês de setembro de 2008.

Para Eva Evangelista, as baixas taxas de congestionamento verificadas refletem a excelência do trabalho desenvolvido pelos magistrados e suas equipes, bem como os investimentos de ordem estrutural feitos pela atual Direção do Tribunal.

Segundo ela, a reforma e ampliação dos espaços físicos onde funcionam as unidades judiciárias do interior, além da aquisição de novos equipamentos de informática, proporcionaram a melhoria da prestação jurisdicional nessas unidades, aferida agora durante a Correição.

► COMARCA DE ASSIS BRASIL



Finalizados os trabalhos em Xapuri, no dia 21/10 a equipe da COGER seguiu para a Comarca de Assis Brasil, cuja competên-

cia prorrogada é do Juiz de Direito Leandro Gross.

A exemplo do que costuma dizer durante a realização dos trabalhos correicionais nas Varas e Juizados Especiais da Capital, em sua passagem pelas unidades do interior do Estado, a Corregedora Eva Evangelista tem reiterado o caráter pedagógico do procedimento para a qualificação das atividades jurisdicionais.

“Mais importante do que simplesmente fiscalizar é poder estar perto dos magistrados e servidores, sentir as suas dificuldades, orientá-los e compartilhar das suas alegrias em distribuir Justiça aos cidadãos, principalmente os mais simples e humildes. Isso é o que nos dá satisfação”, tem ressaltado.

► COMARCAS DE EPITACIOLÂNDIA, BRASILÉIA E BUJARI



Já no dia 22, a equipe da COGER esteve na Comarca de Epitaciolândia, que possui 1.136 processos em trâmite; nos dias 23 e 24, na Comarca de Brasiléia, cujo volume de processos em trâmite é de 2.599. O Juiz Leandro Gross é titular da Vara Cível de Brasiléia e, além de responder pelas demais unidades da referida Comarca, possui competência prorrogada à Comarca de Epitaciolândia.

Nos dias 27 e 28, a COGER realizou Correição Comarca de Bujari, que apresenta 655 processos em trâmite, sob a responsabilidade da Juíza Maha Manasfi.



Judiciário
em foco

Outubro de 2008



Estética: servidoras aprovaram os serviços oferecidos este ano



Os participantes conheceram e degustaram diversos produtos



Desembargadores Izaura Maia e Pedro Ranzi conduziram a festa de encerramento



Serviços médicos prestados durante a atividade: administradas 87 doses de vacinas, realizados 36 exames de glicemia e 72 exames de pressão arterial



Magistrados e servidores na Praça do Cidadão durante a confraternização à tarde

Dia do Servidor Público

Para comemorar o Dia do Servidor Público, o Tribunal de Justiça do Acre organizou uma programação especial para seus magistrados e servidores. Durante todo o dia 28 de outubro, eles tiveram a oportunidade de realizar exames médicos, como medição de pressão arterial e verificação da taxa de glicose, e receber importantes vacinas no estande montado pela Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA).

Os serviços oferecidos fazem parte do projeto *Mais Saúde – qualidade de vida ao servidor do Judiciário*, lançado por ocasião da mesma festa em 2007 e que neste ano teve a sua segunda edição.

Paralelamente aos serviços médicos, ao longo do dia, magistrados e servidores também puderam aproveitar serviços de estética e beleza, oferecidos por empresas da área de cosméticos, além de conhecer e degustar produtos alimentícios de diversas marcas da região.

No final da tarde, todos participaram de um animado bingo de eletroeletrônicos e eletrodomésticos

patrocinado pela Direção do TJAC, ocasião em que também houve distribuição de brindes e foi servido um coquetel para os convidados.

“Estamos muito felizes em comemorar mais uma vez o Dia do Servidor e tudo foi preparado com muito carinho pela nossa equipe. Todos vocês são fundamentais para a realização da Justiça e merecem o nosso reconhecimento. Parabéns”, disse a Presidente do TJAC, Desembargadora Izaura Maia, ao iniciar a festa de confraternização.

O evento contou com o apoio das empresas Miragina, Distribuidoras Renascer e Dismal, Chocodelícias, Iogurte Tavita, Chip's da Vó Lu, Sorveteria Chaumas, Sorveteria Ki-legal, Café Cereais, Doces e Novidades, O Boticário, Rosasfarma, Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário, e Prefeitura Municipal de Rio Branco, por meio da Secretaria Municipal de Saúde.

Todas as atividades aconteceram na Praça do Cidadão do Fórum Barão do Rio Branco, no centro da Capital.


Dia do Servidor Público
28 de outubro de 2008
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE



Bingo, distribuição de brindes e coquetel marcaram a festa de encerramento

